

CISION®

PRESS BOOK

Clipping 2019-05-23

CISION®

1. Turistas de pé descalço? Até parece que os tirámos da selva. Isso é ridículo" - Entrevista a Eduardo Miranda, i, 23/05/2019	1
2. Porto vence Lisboa nas contas municipais, Negócios, 23/05/2019	7
3. Forças Armadas têm quase 600 casas devolutas e degradadas, Público, 23/05/2019	10
4. Fórum "Vê Portugal" em Castelo Branco atingiu a maior participação de sempre, TSF Online, 22/05/2019	12
5. "Não estamos num ponto de saturação da atividade turística", Publituris Online, 22/05/2019	13
6. Marques Mendes. "Antes turismo a mais do que a menos", Renascença Online, 22/05/2019	14
7. Hells Angels/PJ trava renascimento do grupo, CM TV - CM Jornal - 20h, 22/05/2019	16
8. Um sucesso para continuar, Algarve Informativo Online, 23/05/2019	17
9. ArQuente volta a trazer projetos musicais emergentes ao Algarve., RUA FM Online, 23/05/2019	21
10. Miguel Horta apresenta Arribalé! na Meia Praia, Barlavento Online, 23/05/2019	23
11. Tourism heavyweights gather in faro for ´High Impact Events´ conference, Portugal News (The), 18/05/2019	24

**B** Zoom // Entrevista

Eduardo Miranda está à frente da Associação do Alojamento Local em Portugal desde 2015, mas dedica-se a esta atividade desde 2009. Licenciado em gestão pela Fundação Getúlio Vargas do Brasil fez especialização em estratégia pelo ISCTE. No ano passado, recebeu a Medalha de Mérito Turístico, no grau Prata, que se destina a distinguir pessoas por serviços ou iniciativas relevantes para o turismo nacional e para o reconhecimento de Portugal como destino turístico.



Eduardo Miranda.

“O alojamento local foi usado como instrumento político”

Para o presidente da Associação do Alojamento Local em Portugal (ALEP), as maiores polémicas surgiram na campanha eleitoral das autárquicas

SÓNIA PERES PINTO

sonia.pinto@ionline.pt

BEATRIZ SANTOS (Fotografia)

beatriz.santos.@ionline.pt

Como vê a ALEP o fenómeno do alojamento local em Portugal?

Começamos a entrar agora numa fase de alguma maturidade. O alojamento local, em boa parte, era algo desconhecido. Hoje acho que é claro: não é uma moda passageira, não é uma ideia gira, não é um pequeno segmento qualquer de mercado. É sim um dos pilares do turismo em Portugal. E é também uma tendência mundial. O alojamento local já deve representar mais de um terço das dormidas. Em alguns dos destinos mais importantes a nível nacional, como por exemplo, Lisboa e Porto, o alojamento local já ultrapassa os 40%, chegando a aproximar-se de 50% das dormidas. Mas o mais importante é que alguns dos destinos inovadores, aqueles em que queremos apostar, quando descentralizamos o turismo – estamos a falar de praias, destinos ecológicos, e o interior que tanto queremos desenvolver – o alojamento local é, na maior parte das vezes, o tipo de alojamento turístico que mais tem condições de levar o turismo de forma gradual e sustentável para essas zonas, onde só há capacidade para ter uma, duas ou três casas. Ou seja, não são grandes instalações. O alojamento local está também a afirmar-se como um dos grandes instrumentos da descentralização do turismo, especialmente para levar para o interior e para freguesias onde ainda não se via os benefícios do turismo de uma forma, claro, gradual.

Quando diz que representa já mais 40% em Lisboa e Porto, o que acontecia antes desta oferta? Os turistas iam para onde?

Tanto em Lisboa como no Porto – e esse é um dado importantíssimo para ver o quanto o alojamento local contribui para o crescimento do turismo dos últimos anos – sem alojamento local não teria havido o crescimento do turismo. Porquê? Porque os hotéis, principalmente, em Lisboa e no Porto continuaram a crescer em termos de hóspedes, de dormidas, de receitas, mas o alojamento local veio complementar essa oferta. Isso significa que se não houvesse alojamento local não tínhamos como alojar, nem como fazer uma Web Summit ou uma Champions League. E não só não tínhamos capacidade de fazer grandes eventos como também não conseguíamos receber tan-

tos turistas porque nos meses altos, os hotéis estão, felizmente, em Lisboa e no Porto com capacidades na ordem os 90% e o alojamento local também está a trabalhar regularmente com boa capacidade. Portanto, não teríamos conseguido o crescimento que se obteve no turismo sem o alojamento local.

É um setor que convive bem com a oferta hoteleira?

É um setor que é um complemento, que traz, acima de tudo, diversidade, outros tipos de alojamento para pessoas que naquela viagem ou em geral, preferem outras experiências. Uma das características principais do alojamento local é isto, a diversidade. E traz diversidade porque ele próprio é diversificado. Posso ficar num apartamento pequenino ou num apartamento grande de luxo. Posso ficar numa moradia isolada, num centro urbano ou numa casinha na montanha.

“O AL não é uma moda passageira, não é uma ideia gira, nem um pequeno segmento do mercado”

“Se não houvesse AL não tínhamos como fazer uma Web Summit ou uma Champions League”

“Portugal é dos países que mais sensibilidade tem para a importância estratégica desta atividade”

Temos a casa do presidente em Monsanto, por exemplo...

Dizem que sim, que virou *hostel*. Posso ficar num *hostel*, posso ficar numa *guest house boutique*, num *guest house surf*, numa *guest house ecológica*, etc. Posso estar com a minha família toda, posso estar com os meus amigos, numa *guest house* romântica ou sozinho. O alojamento local tem uma flexibilidade muito maior, aliás é uma boa solução para quem viaja em família. Os avós e os netos querem estar juntos, mas não no mesmo quarto. Até podem ficar todos num apartamento, mas cada um tem o mínimo da sua privacidade. Isto vem dar respostas a uma série de necessidades dos viajantes. E essa nova vaga de turismo, com a democratização do turismo, em que as pessoas viajam mais vezes com os filhos ou com amigos, também surgem outras necessidades de alojamento

e é por isso que o alojamento local tem crescido e ajudado tanto a economia. O alojamento local passou a não ser só um pilar como também uma arma estratégica de Portugal. Portugal está à frente da maior parte dos países no que diz respeito à oferta e à regulamentação do alojamento local. Somos um dos poucos países que tem isso já bem definido.

Quando fala da diversidade, o turista pode ir, por exemplo, para o alojamento local numa viagem e depois numa outra altura ir para a oferta tradicional de hotéis...

Acontece completamente. É errado dizer que é outro público.

A Associação dos Hotéis de Portugal chegou a falar de turista “pé descalço”...

Então isso significa que quase 50% dos nossos turistas são pé descalço? Não tem a menor lógica. A média dos nossos valores por noite até está a ficar igual à média praticada na hotelaria.

É uma forma de defesa, ninguém acredita que quase metade de turistas que recebemos nunca viajou. Até parece que os tirámos das savanas, das selvas, isso é ridículo. O que acontece é que o turista não está preocupado como é que está classificado, catalogado. Há alguns que são fiéis a hotéis 5 estrelas, outros que são fiéis só ao alojamento local, mas a verdade é que o público é diferente para cada viagem. O que quer dizer que quando viajo vou querer um tipo de alojamento consoante a motivação. E aí somos concorrentes.

Acha que Portugal está a virar um pouco as costas a essa aposta?

Não, até pelo contrário. Portugal é um dos países que mais sensibilidade tem para a importância estratégica do alojamento local. É um dos países que mais informação tem sobre o seu peso. O peso que estamos a discutir, lá fora ninguém sabe. É um dos países que mais se antecipa em termos de regulamentação. Portugal está a tentar encontrar o caminho, podemos às vezes não concordar com algumas decisões, mas há aqui uma estratégia de dizer ‘isto é uma tendência importante mundial e quem estiver à frente vai ter uma posição estratégica diferente a nível internacional’. Nós temos de apro-

veitar essa oportunidade enquadrando bem e aqui tentando minimizar qualquer tipo de dificuldade, obstáculos ou impactos que vão surgindo. Não é fechar as portas, como está a acontecer muitas vezes, do género: “Nem quero falar nisso, nem quero tentar encontrar uma solução para os problemas que aparecem”.

Mas está muitas vezes associada ao problema da habitação. Acha que está a ser usado como bode expiatório?

Só nos centros históricos que representam menos de 30% do alojamento local. E mesmo nisso, Portugal está a ser pioneiro porque com a nova legislação permite manter a atividade de uma forma homogénea em todo o país e em determinadas zonas onde possa haver uma pressão pode ser feito um ajuste. Mas não é ajustar ou reinventar o alojamento local. São ajustes muito localizados onde há problemas. Isso é contrário do que acontece em outros países, onde a reação, às vezes, é “eu não quero saber de novidades”.

É o caso de Berlim?

Berlim fez isso há alguns anos e foi o caso mais drástico, agora está a voltar atrás porque está a perder ação atrás de ação nos tribunais. Vai agora para o Supremo e porquê? Porque a decisão foi tão irracional, tão demagógica, tão extrema, sem uma justificação clara e explícita. O alojamento local era uma gota de água no problema da habitação. Uma cidade que estava preocupada com sete, oito mil alojamentos locais que estavam a surgir, e de repente, essa mesma cidade vende para uma empresa privada 116 mil apartamentos sociais.

Há uma incoerência...

Há uma incoerência enorme. Mais uma vez, precisaram de encontrar um bode expiatório para erros absolutamente estruturais.

Mas, indiretamente, acabou por influenciar os preços em Portugal...

Faz parte de um fenómeno de transformações de alguns centros urbanos e ao revitalizar certas áreas há um aumento de preços. Mas cada um desses fenómenos é completamente distinto de cidade para cidade e ir buscar ideias a outras cidades é completamente disparatado. Comparar Berlim com a realidade de Lisboa não tem a menor lógica. Para começar, eles não têm uma lei nacional e nós temos, eles não têm um centro histórico com um terço dos imóveis vagos e nós tínhamos. Portanto temos aqui um potencial enorme. O problema da habitação não se deve apenas ao crescimento do

continua na página seguinte >>



B Zoom // Entrevista

>> continuação da página anterior

turismo, está também relacionado com um conjunto de outros fatores. Um deles foi a alteração da lei do arrendamento, outro foi a retoma de mercado, o investimento estrangeiro como os vistos gold, tudo isso trouxe investimento e fez com que Lisboa e o Porto se tenham tornado de novo cidades atrativas e levou ao renascimento do seu centro histórico. Ninguém queria, a não ser a população que já estava lá, viver no centro histórico. E tanto assim é que 32% das casas estavam vazias em Santa Maria Maior. O mesmo aconteceu com o Porto e isso trouxe uma transformação grande para estas zonas. Claro que nestas zonas começa a ser praticado um preço muito alto, deixando para trás habitantes de classe baixa ou média baixa ou rendas baixas. Sempre que se melhora uma zona da cidade acaba por atrair habitantes mais ricos ou estrangeiros ou turismo, seja lá o que for. Isso cria uma grande pressão. Ao mesmo tempo, os lisboetas estão a começar a querer voltar para cidade e estamos a falar de 300 mil lisboetas que saíram. Basta 10% quererem voltar para Lisboa para termos uma crise habitacional. E tudo isso é um problema que vai demorar uma década ou mais para começar a ser resolvido. O problema é quando começa a haver mais procura, os preços aumentam e não é por ter alojamentos locais no centro histórico e que ocuparam espaços que estavam deteriorados que vai ter influência na cidade toda. Não é banir o alojamento local que vai resolver o problema da habitação e dos aumentos dos preços. Berlim banii e mesmo sem alojamento local os preços aumentaram 21%.

Já não pode ser essa a justificação...

Vai acabar o bode expiatório e quem tiver de dar explicações vai ter de inventar outra.

Mas agora existem zonas de contenção em Lisboa...

O que é importante é entender o que é que a lei permitiu às câmaras fazer e em que condições. Fala-se muito "agora as câmaras vão regulamentar o alojamento local". As câmaras não podem regulamentar o alojamento local a não ser num aspeto específico que são as zonas de contenção. Quem regulamenta a atividade em si é a lei nacional. E isso é uma vantagem porque as regras que o alojamento local tem que cumprir são iguais para todos, caso contrário era injusto. Não faria sentido abrir mais facilmente um alojamento local no Porto do que em Lis-

boa, não teria lógica nenhuma. O que a lei permitiu foi que as câmaras criassem um regulamento de zonas de contenção onde houvesse pressão, para poderem agir no sentido de criar algum tipo de contenção. Não precisa de ser suspensão ou de proibição, pode ser uma gestão inteligente do crescimento. Mas para isso é necessário ter critérios objetivos e claros, tem de existir os tais indicadores e é nisso que nós temos batido a tecla. Não é dizer que se aquela freguesia não pode ter mais eu também não quero. Caso contrário acaba com a atividade ou até com o próprio desenvolvimento do turismo na cidade. Não pode ser uma mera questão de joguinhos políticos ou de questões de protagonismo.

Essas zonas de contenção ainda não estão definidas?

Não. Em Lisboa foi feita uma medida preventiva, provisória que foi suspender o licenciamento em certas zonas. Agora vai ser apresentado o regulamento que vai indicar quais são as regras gerais para a cidade e definir a partir de quanto é que pode haver uma zona de contenção. No caso de Lisboa, um pouco por indicação da lei, fizeram uma percentagem de números de alojamentos locais versus o total de casas e indicaram que quando ultrapassar determinado limite haverá um indicio de pressão. E aí se entenderem podem pedir ou criar algum tipo de restrição. São esses indicadores que são os critérios claros e permitem que as pessoas possam olhar para aquelas zonas e concluir se podem ou não investir ou porque já ultrapassou ou porque está quase a ultrapassar.

Ai estamos a falar praticamente da Mouraria, Alfama, Castelo, que serão as que estarão mais próximas desse indicador máximo?

"Os turistas do alojamento local são de pé descalço? Então 50% dos nossos turistas são assim? Não tem lógica"

"300 mil lisboetas saíram da cidade. Basta 10% querer voltar para Lisboa para termos uma crise habitacional"

O presidente da Associação do Alojamento Local em Portugal não tem dúvidas: esta atividade é uma tendência mundial e que Portugal lidera em termos de legislação. Ainda assim, garante que é um negócio que não que pode viver de "joguinhos políticos", nem de questões de protagonismo

Sim. O que sempre dissemos foi que o alojamento local esteve muito concentrado nessas cinco ou seis freguesias que estão localizadas no centro histórico ou arredores do centro histórico, como Belém, embora com menor intensidade. Fora dessas zonas, o alojamento local nunca teve essa expressão. No outro dia ouvi na televisão falarem do Areiro, mas abriram aí sete unidades de alojamento local no primeiro trimestre. Ao sair dessa zona, a atividade turística diminui muito e era também nesse eixo onde havia a maior parte dos imóveis vagos e degradados. **Já são conhecidos esses indicadores?** No estudo inicial falava-se em 20%, agora já se fala entre 10 a 20%.

E isso justifica a queda que tinha dito há semanas de novos licenciamentos terem caído 60% em Lisboa e 40% no Porto.

O Porto não teve ainda zonas de suspensão, por isso, a queda de 40% nos novos registos não pode estar relacionada com este regulamento. O que aconteceu a nível nacional é que houve um resfriar nas novas aberturas, incluindo na cidade do Porto, onde se dizia que ia explodir. Em Lisboa ocorreu uma queda um pouco mais acentuada e aí há algumas razões específicas. Uma delas foi a antecipação de registos que aconteceu logo antes de decretarem a suspensão.

Como aconteceu com os combustíveis...

Exato. É óbvio que, de uma forma errada e péssima, acabou por desvirtuar os números porque fizeram o registo, mas nem sabemos se realmente estão interessados em avançar. E se houve um pico maior significa que nos meses seguintes haverá um pequeno ajuste, daí Lisboa ter tido uma queda superior aos outros. O certo é que houve essa queda em todas as zonas, mas isso tem a ver com a maturidade do mercado. Era impossível manter o ritmo de crescimento que estávamos a ter e com o abrandamento do turismo que se está a sentir. Isto quer dizer que sem precisar do regulamento no Porto e sem ter entrado em definitivo em Lisboa houve um abrandamento da atividade, uma auto-regulação do mercado. É impossível achar que vamos crescer, crescer, crescer e depois não há clientes. Não tem lógica isso. Acredito que o crescimento da oferta vai abrandar e vai haver uma disputa pela melhor qualidade. Só aqueles que têm maior qualidade vão vingar e os que têm menor qualidade vão acabar repensando. A grande vantagem do alojamento local é que esse



repensar tem flexibilidade. O que ele tem é um imóvel que serve para habitação no dia seguinte. Sei de muita gente que entrou nisso porque via nas notícias quando nos atacavam. Aliás, os presidentes das juntas foram os maiores promotores do crescimento do alojamento local. É como o problema da suspensão. Sempre que vou para os jornais e digo "temos de parar com isto porque isto é a galinha dos ovos de ouro", ou porque eles ganham não sei quanto está a ser dada uma ilusão do mercado e acaba por atrair muita gente, muitas vezes até com as expectativas erradas.

E defraudou muitas expectativas?

A maioria tinha expectativas fora da realidade. Não era uma atividade conhecida onde já se conhecia as estruturas todas. Não, era uma coisa nova, as pessoas não sabiam direito. Houve muita gente que entrou com uma expectativa falsa e errada, agora estão a ver que dá muito trabalho: sábado, domingo, férias e o rendimento não é nada daquilo que falaram. O rendimento não é o que eu recebo é o que sobra no final do ano. O alojamento local não tem nada a ver com o arrendamento tradicional, tem uma lista de custos gigantes: comissões, IVA e o IRS no



final do ano. Portanto, aquilo que sobra, ao contrário do arrendamento tradicional, é muito menos. E hoje estão a perceber isso. E mesmo que pudesse ganhar um pouco mais, estou a ganhar 100 ou 150 euros a mais num T1 no centro da cidade à custa do meu fim de semana, da minha vida particular, são horas e horas por semana. É normal que agora com a maturidade, essa fase do encantamento abra.

“Não é banir o alojamento local que vai resolver o problema da habitação e do aumento dos preços”

“Os presidentes das juntas foram os maiores promotores do crescimento do alojamento local”

Então a tendência é para manter o abrandamento em termos de novos registos?

A tendência é acalmar. E os que ficam têm de apostar no aumento da qualidade, além disso a concorrência vai obrigar a ter uma postura muito mais profissional. A vida do alojamento local depende dos *reviews*, quem nos julga é o cliente final. Podemos ter um anúncio com os melhores fotografos do mundo, mas se o cliente for para lá e perceber que não é o real, basta ter duas *reviews* negativas para o meu apartamento ir lá para baixo no *ranking*. Aqui há quase uma ditadura da qualidade imposta pelo consumidor.

Para evitar comprar gato por lebre?

Posso não ter ar condicionado, mas posso ter uma ventoinha, uma vista fantástica e se o meu cliente não quer ar condicionado, mas quer uma ventoinha e uma vista fantástica desde que entregue isso vai sair feliz da vida. Vai-me dar uma pontuação 10, mesmo ser ar condicionado. Mas se chegar lá e se a vista não for fantástica e mesmo que dê um ar condicionado não me vai servir de nada. O alojamento local mudou o paradigma do que é qualidade. A qualidade é satisfazer aqui

lo que o cliente quer e não impor aquilo que acho que ele quer. E foi essa a grande transformação em termos comportamentais que o alojamento local trouxe. **Acha que há um ano essa discussão era feita por todos, mesmo sem terem a noção desta atividade?**

Uma das coisas frustrantes nesse debate é que foi polarizado sem apostar em alternativas ou soluções. E foi o que tentámos trabalhar e aprofundar porque existem questões que podem ser abordadas. Fizemos reuniões e propostas com a Câmara de Lisboa e do Porto, inclusive mostrando o que poderiam ser zonas de pressão e indicadores para termos uma base objetiva para se trabalhar e contribuirmos e vamos continuar a contribuir com possíveis medidas proporcionais. Existe uma lei diretiva de serviços comunitária que diz que só é possível proibir uma atividade se houver uma razão muito grande. A habitação pode ser, mas tem de ser proibida de forma proporcional. Não posso dizer que há um problema em Santa Maria Maior e suspender, como muitos pedem, Lisboa inteira. Então se não há alojamento local nas Orlas ou Benfica então porque é que vou suspender a atividade nessas zonas se há

imóveis em ruínas que ninguém usa há mais de 30 anos? Tudo deve ser proporcional, ou seja, permitir crescer a oportunidade, mas sem causar pressão grande em zonas onde há pressão. Portugal é de longe o país que tem o maior índice de operadores legalizados. Antes de começar o *boom* do alojamento local, o Algarve era quase tudo ilegal. Hoje diria que em Lisboa e Porto a ilegalidade é marginal, no Algarve ainda temos um desafio porque ainda há muito o boca a boca. Trazer a oferta para a legalidade foi uma das grandes conquistas e Portugal lidera a nível mundial.

O que tem impacto nos impostos...

Talvez seja esse um dos sinais que mostra que Portugal está vários passos à frente. No caso dos impostos, houve uma declaração da secretária de Estado do Turismo a dizer que a arrecadação de impostos duplicou ao passar de 60 para 120 milhões e estamos a falar de 2017, não tem em conta os números de 2018, onde houve um grande *boom* desta atividade. E depois temos a taxa turística em que o alojamento local já contribuiu com metade em Lisboa. Os valores rondam agora os 8 ou 9 milhões, mas se

continua na página seguinte >>



B Zoom // Entrevista

Eduardo Miranda chama a atenção para o peso desta atividade na arrecadação de impostos. Só em 2017 houve uma duplicação de receitas e a par disso há que contar com as taxas turísticas que deverão passar de oito ou nove milhões para 18 milhões. Tudo isto, segundo o responsável, porque as ofertas passaram à legalidade

>> continuação da página anterior

calhar para o ano já estamos a falar de 18 milhões de euros. A estes valores há que somar ainda os do Porto. O SEF também teve uma explosão de boletins de alojamento nos últimos três anos e ninguém entendia porque, a explicação é o próprio alojamento local ao entrar na legalidade teve de cumprir as obrigações todas, uma delas é o reportar os turistas estrangeiros.

Mas reconhece que é um setor que cria muitos ódios?

Foi uma atividade que foi muito usada como instrumento político, especialmente na campanha eleitoral das autarquias. E a partir daí ganhou um debate de polarização, em campanhas eleitorais é preciso radicalizar um pouco para transmitir uma mensagem e foi o que aconteceu. Pegamos numa situação específica de uma ou duas freguesias e discutimos o alojamento local como um todo quando aquilo representava uma pequena parte.

E como vê a polémica Robles?

Mostra o risco que é a instrumentalização política de usar um tema qualquer importante como um carro de batalha numa fase eleitoral, especialmente em eleições locais que são mais sensíveis a este tipo de questões. Perdemos um pouco o foco e para tentarmos passar mensagens mais fortes acabam por sair propostas que são completamente desproporcionais. Felizmente parou-se a tempo. A Assembleia da República percebeu que o tema estava polarizado, os partidos da esquerda à direita reconheceram em janeiro que havia talvez um desconhecimento e que algumas das medidas podiam ser desproporcionais e mostraram-se disponíveis para encontrar um equilíbrio. Isso também é um sinal de maturidade política e foi a partir daí que o tema começou a ganhar um objetivo. Mas na opinião pública ainda continuam a existir uns que odeiam, outros que amam. Recentemente, Madrid aprovou um Plano Especial de Hospedagem, que obriga os responsáveis pelos alugueres temporários a construírem acessos diretos das propriedades à rua. Como vê essa medida?

Em Espanha não existe uma lei nacional, é tudo levado a nível regional e mesmo ao nível regional também não existem leis, o que leva as câmaras municipais a limitar questões de algu-



ma pressão, mas acima de tudo regulamentar a atividade em si. Por isso uma quer uma coisa, outra quer outra. O que acontece? Uma instabilidade total, cada vez que muda um partido muda-se tudo. Houve uma altura que Madrid era completamente favorável ao alojamento local, depois eram muito favoráveis mas meteram uma pequena regra que o número mínimo de noites era 5. Isso é matar as viagens de curta duração e dizer que 80% dos turistas estavam fora. Foi um lobby gigantesco da hotelaria para conter o alojamento local. Isso foi parar ao tribunal que não deu razão a esse limite e reverteu essa decisão. Agora inventam que é só com acesso direto. Como é que um quarto ou quinto andar de um apartamento tem um acesso direto? É inventar um requisito que significa praticamente banir. Conclusão, tenho um mercado que num ano é proibido, quatro anos depois passa a ser louvado, quatro anos depois passa a ser meio termo.

Como caracteriza os proprietários de alojamento local em Portugal?

Cerca de 92% dos titulares têm um a

três alojamentos locais, o dá para um salário com sorte. Em Lisboa, que é o maior mercado, se calhar vai tirar 500 euros por um T1.

São portugueses?

A maioria sim. Em alguns mercados como o Algarve e Lisboa começa a haver uma oferta estrangeira. São estrangeiros que compraram para ter uma segunda casa e quando não a utilizam arrendam. É um mercado que existe e tem maior peso no Algarve. É o caso de franceses, brasileiros que ficam cá um ou dois meses a gozar a tal reforma dourada.

Quantas unidades existem?

Quase 85 mil registos, correspondem a qualquer coisa como 400 mil camas fixas. É muito importante fazer uma ressalva: a dimensão da oferta do alojamento local não é comparável com a da hotelaria. Não é comparável camas com camas porque nas praias 70% é alojamento local sazonal e não têm turistas o ano inteiro. Não são como um hotel que está sempre aberto e mesmo quando o alojamento local está disponível a ocupação é muito menor porque mesmo tendo 3 quartos, dá seis camas, pois uma das coisas que a nova lei trouxe é limitar essa oferta. Uma das críticas que era feita ao alojamento local é que enchiam uma casa, nunca aconteceu isso. Até pode ter acontecido, por exemplo, no Algarve mas por jovens portugueses. Ninguém vem de fora e vai para casa de alguém e diz: "Surprise", ninguém é louco de fazer isso. Isso acontece mais é com os nacionais.

Também foi um setor importante na criação de postos de trabalho...

Houve uma mudança na lógica de conceção do trabalho. Há quem diga que o turismo explora os trabalhadores, mas o alojamento local não tem estrutura de emprego como têm os proje-

tos com uma dimensão maior, como um hotel ou um restaurante. Noventa e tal por cento dos operadores têm até 1 a 3 unidades, o que significa que precisam até seis horas de uma empregada de limpeza. Mas quem tem apenas uma unidade precisa de duas ou três horas por semana. Ninguém consegue contratar um funcionário a tempo inteiro, não é viável. O que o alojamento local trouxe foi muito autoemprego e o desenvolvimento de outras atividades complementares e que não tem nada a ver com trabalho precário. Até pelo contrário, no caso de trabalhos como a limpeza há um problema grande no alojamento local que é o da inflação de preços. Somos acusados em Lisboa e no Porto de ter inflacionado o custo hora das senhoras de limpeza porque se só precisamos de duas ou três horas por semana, mas sem ela não consigo ter o meu cliente nessa semana e entre pagar 5 ou 6 euros e não conseguir arranjar uma ou pagar 7 euros se calhar prefiro pagar mais e tê-la. E mais, trouxe um rendimento à população local e isso acontece muito em Lisboa. As senhoras que eram reformadas, que tinham um emprego *part-time*, muitas usaram o alojamento local para ter um rendimento a mais. Às vezes até conseguem duplicar o seu rendimento e com uma vantagem: como o valor hora é maior trabalham só algumas horas por semana e são elas que gerem o seu horário. O proprietário está muito mais dependente das senhoras de Lisboa do que elas de mim porque é frequente trabalharem para mais de 10 proprietários. E é frequente mesmo que esteja disponível a pagar mais um euro por hora dizerem-me que sábado não dá porque é o aniversário do neto. Ela só quer ganhar mais uns 300 ou 400 euros a mais por mês e não adianta querer contratá-la.

“Somos acusados em Lisboa e no Porto de ter inflacionado o custo hora das senhoras da limpeza”

“Existem em Portugal 85 mil registos, o que dá 400 mil camas, em que cerca de 92% têm um a três alojamentos locais”



1,20 € // Quinta-feira, 23 maio 2019 // Ano 10 // Diário // Número 2959 // Diretor: Mário Ramires // Dir. exec.: Vítor Rainho // Dir. exec. adjunto: José Cabrita Saraiva // Subdir. exec.: Marta F. Reis // Dir. de arte: Francisco Alves

inevitável



Entrevista a Eduardo Miranda, presidente da Associação do Alojamento Local

“Turistas de pé descalço? Até parece que os tirámos da selva. Isso é ridículo”

“Em Lisboa e no Porto, o alojamento local aproxima-se de 50% das dormidas”

“Antes do boom do alojamento local, no Algarve era quase tudo ilegal”

“Aqui há quase uma ditadura da qualidade imposta pelo consumidor”

// PÁGS. 20-24

Reportagem em Manique, onde morreu a criança de 11 anos

Moradores falam de uma família “séria”

“Quem nunca errou que cuspa para o ar” // PÁGS. 18-19

Apanhado gangue que assaltava bombas de gasolina e farmácias

// PÁGS. 2-3

Tancos. Costa só teve acesso a memorando um ano depois

// PÁG. 48

Proteção de menores. Em 2018 foram acompanhadas 60 mil crianças em risco // PÁG. 8

Porque caiu Jamie Oliver? Vítor Sobral e Ljubomir Stanisic analisam o que pode correr mal no negócio da restauração // PÁGS. 14-17



PUB



Para os que saem de casa e fazem história
portugal.edp.com

edp



Mário Cruz/Lusa



A câmara liderada por Rui Moreira (à direita) conseguiu reduzir mais o seu passivo, cobrar menos impostos por residente e fazer mais investimento do que Lisboa.

AUTARQUIAS

Porto vence Lisboa nas contas municipais

Menos endividamento, menos impostos, mais investimento. Com a ajuda de vários especialistas em finanças locais, o Negócios tentou comparar as contas de 2018 dos dois municípios. E, neste campeonato, o Porto ganhou 5-2 a Lisboa.

SUSANA PAULA

susanapaula@negocios.pt

O município do Porto fechou 2018 com as contas mais equilibradas do que Lisboa, segundo um conjunto de indicadores económicos e financeiros recolhidos pelo Negócios. Com a ajuda de vários especialistas em Finanças Locais, o Ne-

gócios definiu um conjunto de indicadores que permitisse comparar as contas dos dois municípios em 2018. De entre os sete indicadores analisados (ver infografia), como o endividamento, a receita ou o investimento "per capita", e com base nos relatórios de gestão do ano passado, o Porto pontuou melhor em cinco deles. Já Lisboa vence apenas dois.

Mas isto não quer dizer necessariamente que o Porto tem contas mais sustentáveis do que Lisboa. Até porque alguns especialistas dizem que "não existe uma resposta" correta a essa pergunta.

O Negócios usou dois indicadores de sustentabilidade definidos na Lei de Finanças Locais e que são usados como mecanismo de alerta precoce. No caso do rácio da dívida total (que mede a dívida do município perante o limite definido), o alerta é dado quando a dívida do município ultrapassa 150% do limite. Ora, tanto o Porto como Lisboa estão bem longe desse nível, só que o Porto está mais afastado: o seu endividamento representa 20,4% do limite, o de Lisboa pesa 66,5%.

"Parece-me evidente o cuidado com a sustentabilidade financeira

por parte dos dois municípios", considera Pedro J. Camões, um dos especialistas em Finanças Locais ouvidos pelo Negócios. Ainda assim, o professor da Universidade do Minho desempata para o Porto, lembrando que o município liderado por Rui Moreira conseguiu cortar mais o endividamento do que Lisboa: 23,5% contra 13%. Na defesa, a câmara de Lisboa lembra que nos últimos anos acautelou "o saneamento de pesadas heranças".

Lisboa cobra mais impostos

Em 2018, Lisboa cobrou 476,1 mil

lhões de euros em impostos, acima dos 143,2 milhões cobrados no Porto. Para tentar anular a dimensão dos municípios, e por sugestão dos especialistas, o Negócios calculou a receita fiscal "per capita": Lisboa cobrou 940,7 euros por residente em 2018 e o Porto 667,3 euros.

A câmara de Lisboa explica que a "vitalidade económica da cidade tem obviamente impacto" na receita fiscal do município, sobretudo no IMT. Mas esta dinâmica, garante, "não representa um aumento de esforço fiscal das famílias". Também o Porto diz que a subida da receita fis-

cal "deveu-se ao crescimento da economia, sobretudo e apesar do alívio fiscal das contribuições sobre os portugueses".

Estes valores dizem respeito apenas à receita com impostos, embora Joaquim Freitas da Rocha, professor da Escola de Direito do Minho, defenda que também se devam considerar as taxas municipais. "São verdadeiros impostos", afirma. Incluindo as taxas municipais, as receitas fiscais de Lisboa ficam nos 661,2 milhões de euros e as do Porto aproximam-se dos 157,8 milhões. No entanto, Joaquim Freitas da Rocha admite a dificuldade em contabilizar esse valor "per capita", dado o peso da taxa turística no total, que é exigida aos operadores turísticos e não aos residentes.

A receita fiscal também pesa mais no total das receitas no município de Lisboa do que no do Porto, mas isso pode ser visto como um bom indicador, defende Pedro J. Camões. Embora a dependência de receitas fiscais possa mostrar volatilidade face ao ciclo económico, no caso das autarquias locais "o problema é interpretado de maneira diferente", diz o professor.

"A dependência das transferências financeiras está associada a menor dinamismo económico e pior desempenho financeiro. Assim, o financiamento das despesas através de receitas geradas localmente, com destaque para as receitas fiscais, é um indicador saudável e positivo", defende Pedro J. Camões, um dos especialistas por trás do Anuário Financeiro dos Municípios, Ponto para Lisboa.

Trabalhadores pesam mais na despesa do Porto

Lisboa volta a pontuar quando se olha para o peso da despesa com pessoal no total. Embora os trabalhadores representem, em ambos os municípios, menos de um terço da despesa total, é em Lisboa que esse peso é menor (27% contra 30,7%). Neste caso, os especialistas consideram que, tal como acontece na Administração Pública, a rigidez das despesas com pessoal pode pesar na sustentabilidade das contas municipais.

Confrontada com estes números, a câmara do Porto afirmou que tem vindo a "internacionalizar serviços" e que, ao mesmo tempo, "diminuiu substancial-



Parece-me evidente o cuidado com a sustentabilidade financeira por parte dos dois municípios, que se nota na trajetória de evolução do endividamento (muito acentuada no Porto).

PEDRO J. CAMÕES
Professor Finanças Locais
Universidade do Minho

"É normal que a receita fiscal represente a maior parte da receita destes municípios. Os pequenos estão mais dependentes de transferências".

PEDRO J. CAMÕES
Professor Finanças Locais
Universidade do Minho

"[Devem ser consideradas] as taxas, que são verdadeiros impostos. Existe uma tendência recente para a criação de impostos travestidos de taxas".

JOAQUIM FREITAS DA ROCHA
Professor Finanças Locais
Universidade do Minho



mente o valor de contratações de serviços".

Por fim, o Porto conseguiu investir ligeiramente mais "per capita" do que Lisboa. Recorde-se que a capital tem mostrado alguma dificuldade em fechar concursos públicos, argumento usado em parte pela autarquia para justificar a quebra de 14% no investimento em 2018.

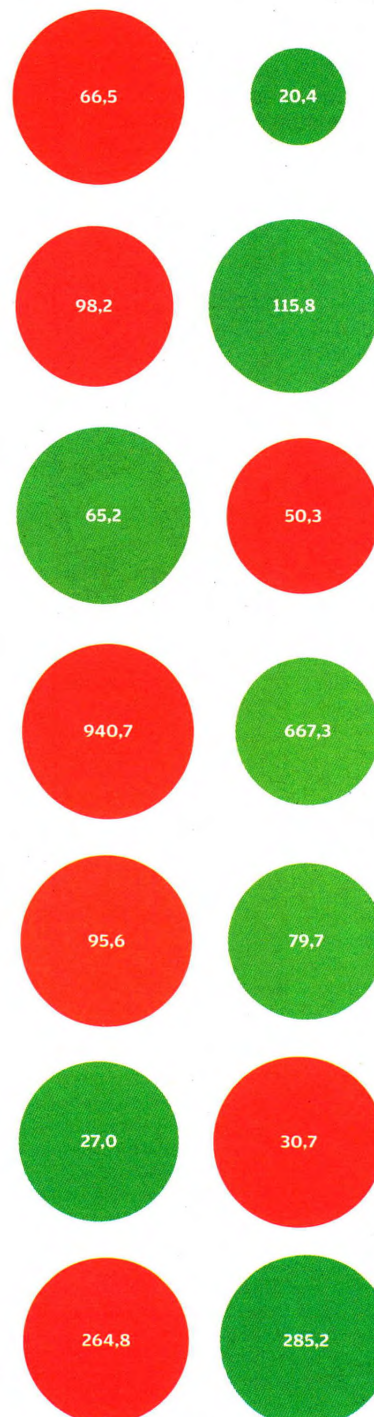
Neste trabalho, foram considerados os relatórios de contas de 2018 dos dois municípios, dados do Pordata e da DGAL. ■

Como pontuam os dois maiores municípios?

● O que está pior ● O que está melhor

LISBOA

PORTO



Fontes: Relatórios de Contas de Lisboa e do Porto de 2018, dados da DGAL para o limite da dívida e da Pordata para aferir o número de residentes.

RÁCIO DA DÍVIDA TOTAL É MENOR NO PORTO

Nível do "rácio da dívida total", em percentagem.

Lisboa e Porto estão longe dos seus limites de dívida legal, mas o Porto está mais confortável. A Lei das Finanças Locais diz que a dívida do município não pode ultrapassar 150% da dívida legal (é a receita corrente líquida dos três anos anteriores e está publicada na DGAL).

RECEITA EXECUTADA É MAIOR NO PORTO

Receita executada em 2018, em percentagem.

A taxa de execução da receita prevista no orçamento municipal é outro dos indicadores de "mecanismo de alerta precoce" da Lei das Finanças Locais. Os dois municípios estão longe dos mínimos exigidos (85%), mas o município de Lisboa está mais próximo desse limite.

LISBOA É MAIS DEPENDENTE DA RECEITA FISCAL

Peso da receita fiscal no total da receita, em percentagem.

Este indicador inclui as receitas com impostos e taxas municipais. Em Lisboa, as receitas fiscais representam quase dois terços das receitas totais. Pedro J. Camões diz que este é um "indicador positivo" que mostra que os municípios não estão dependentes de transferências.

LISBOA COBRA MAIS IMPOSTOS AOS SEUS RESIDENTES

Receita fiscal per capita, em euros.

Excluindo as taxas, Lisboa cobrou 940,7 euros a cada um dos seus habitantes. Os dois municípios justificam a receita fiscal "per capita" com o crescimento económico local, recusando que isso se reflita num agravar do esforço fiscal exigido às famílias.

COMPROMISSOS REPRESENTAM MAIS EM LISBOA

Peso da despesa comprometida na receita cobrada, em percentagem.

Os especialistas defendem a contabilização do peso da despesa com compromissos assumidos na receita cobrada. Se a despesa for superior à receita significa que os municípios podem ficar com pagamentos por fazer. Não é o caso destes dois municípios, mas Lisboa parece ter menos margem.

TRABALHADORES PESAM MAIS NA DESPESA DO PORTO

Peso da despesa com pessoal no total da despesa, em percentagem.

Embora o Porto gaste menos com os salários dos trabalhadores (70 milhões de euros), a despesa com pessoal representa menos da despesa total no município de Lisboa, o que mostra que o Porto tem de lidar com uma rigidez superior nas suas despesas.

INVESTIMENTO "PER CAPITA" FOI MAIOR NO PORTO

Investimento per capita, em euros.

O Porto investiu mais por residente do que Lisboa, que defende que devem ser considerados os valores para investimento transferidos para as freguesias e empresas municipais. O Negócios considerou a despesa com aquisições de bens e serviços de capital apenas dos dois municípios.

negócios

negocios.pt

Quinta-feira, 23 de maio de 2019 | Diário | Ano XVI | N.º 4000 | € 2.50
 Diretor **André Veríssimo** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

PS quer aprovar já direito a desligar. PSD duvida

Socialistas garantem que ainda há tempo para fazer passar novas regras no Parlamento até ao fim da legislatura. Sociais-democratas acham difícil. Propostas não têm o apoio do Bloco de Esquerda e do PCP.

ECONOMIA 11

FRANCISCO LIMA
PRESIDENTE DO INE

Nem Governo nem Presidente. INE já não antecipa dados

“Os Censos 2021 serão provavelmente os últimos”: Em vez de uma fotografia, a ideia é fazer um filme sobre o país.

PRIMEIRA LINHA 4 a 7



João Cortesão

Banca

BCP não se opõe a entrega da lista de devedores



Banco liderado por Miguel Maya aprovou ontem regresso aos dividendos.

ECONOMIA 18

Telecomunicações

Licenças travam chegada do 5G a Portugal

EMPRESAS 16 e 17

Publicidade

Automóvel

Tesla cai 41% em bolsa este ano. Estará a perder o encanto?

MERCADOS 22 e 23

CARLOS MONIZ
E MARGARIDA FONSECA
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA
DE DIREITO EUROPEU

“Reconfiguração do Parlamento Europeu não tem forçosamente de ser má”

LEX 12 e 13

Porto vence Lisboa nas contas municipais



A câmara liderada por Rui Moreira está menos endividada e investe mais do que a autarquia dirigida por Fernando Medina.

ECONOMIA 8 e 9

Sonae Sierra a caminho da vice-liderança no Brasil

EMPRESAS 20

edp

LET'S GO

Para os que saem de casa e fazem história

portugal.edp.com

Instagram YouTube Facebook



Instituto de Acção Social das Forças Armadas tem 597 casas devolutas

Associação de militares defende constituição de um fundo imobiliário com vista a colocar estas habitações no mercado de arrendamento nacional. Com a nova lei renda máxima sobe até 23% dos rendimentos

Militares
Sónia Trigueirão

O Instituto de Acção Social das Forças Armadas (IASFA) tem 597 habitações degradadas e devolutas. O projecto de decreto-lei apresentado pelo ministro da Defesa, João Gomes Cravinho, e que aguarda parecer das associações militares até dia 15 de Junho, sobre o regime de habitação com renda económica dos militares, não faz referência a esta situação em concreto, mas prevê que sejam feitas obras a cargo do inquilino até ao limite de cinco mil euros. Valor que depois poderá ser, segundo a lei, acertado no valor da renda.

O PÚBLICO apurou que a Associação dos Militares na Reserva e Reforma (Asmir) ao pronunciar-se sobre as alterações ao regime de habitação concordou com a parte das obras a cargo do inquilino, mas sugeriu também que o IASFA recupere as mais de 500 casas devolutas com verbas próprias e que constitua com elas um fundo imobiliário, no sentido destas habitações serem colocadas para arrendamento no mercado nacional.

De acordo com dados do IASFA, no total estão arrendadas 1530 fracções. Entre os arrendatários há 856 que são beneficiários titulares, 378 que são viúvas de militares, 242 que são civis e 39 são divorciados/separados e em união de facto.

O Exército é o ramo militar com mais arrendamentos (744), seguido da Força Aérea com 258 e da Marinha com 295, sendo que 233 pertencem a civis e outros.

Já no que diz respeito aos valores do rendimento mensal dos arrendatários em regime de renda económica, os dados do IASFA mostram que 257 recebem até aos 1200 euros, 511 até aos 2 mil euros e 324 auferem mais de 2 mil euros.

Segundo noticiou o *Jornal de Notícias*, “quase três quartos dos fogos que o IASFA tem arrendados em regime de renda económica estão nas mãos de militares ou seus familiares com rendimento mensal acima dos 1200 euros, e 84% dos inquilinos pagam rendas inferiores a 200



Ministro substituiu presidente do IASFA e mandou o novo a proceder à revisão do regime de habitação

euros, por apartamentos T0 a T6”.

Ao PÚBLICO o IASFA explicou que nesta situação estão 699 habitações e que “a actual alteração legislativa visa estabelecer um regime mais justo e equitativo, levando em consideração a composição do agregado familiar e os rendimentos de todos os seus elementos”. Desta forma, acrescentou, “os agregados

familiares mais numerosos e com maior número de dependentes (nomeadamente filhos) terão rendas mais baixas do que agregados familiares com iguais rendimentos líquidos, mas com menor número de dependentes”.

Assim, o projecto de decreto-lei, a que o PÚBLICO teve acesso, prevê que a taxa de esforço máxima não possa ser superior a 23% do rendimento mensal corrigido do agregado familiar do arrendatário. Actualmente, é de 15%.

Além de prever uma actualização de todas as rendas, o diploma do Governo leva a que cada contrato de arrendamento seja avaliado em função do seu actual arrendatário, ou seja, se se comprovar um desfazamento entre o número de membros do agregado familiar e a tipologia da casa, o inquilino pode, em alguns casos, ser obrigado a mudar de casa.

O valor da renda em regime de arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal cor-

rigido do agregado familiar, sendo o valor da taxa arredondado à milésima.

Por exemplo, e segundo fonte oficial do IASFA que detém os imóveis, “para uma habitação que tenha o valor patrimonial tributário (VPT) de 150 mil euros, o valor da renda máxima será de 837,50 euros, para uma habitação com VPT de 100 mil euros, a renda máxima será de 558,33 euros. Já para uma habitação com VPT de 250 mil euros, a renda máxima será de 1395,83 euros”.

Porém, com a nova lei, os agregados familiares com rendimentos mais elevados não terão de pagar uma renda de valor desproporcionado face ao real valor do imóvel, considerando-se, como tal, o valor patrimonial tributário fixado pelas Finanças.

O IASFA refere que “o regime jurídico actualmente em vigor não prevê renda mínima. De acordo com fonte do IASFA, a renda mínima será de 4,35 euros (1% do Indexante de Apoios Sociais), para qualquer habitação. “No entanto, esta renda pode-

rá não ser aplicada a qualquer arrendatário, em virtude de se prever que a esmagadora maioria dos beneficiários do IASFA não reunirão as condições para o efeito, por disporem de rendimentos mais elevados”, refere a mesma fonte, sublinhando que, “a existirem alguns arrendatários nas condições previstas, serão em número residual, podendo ser o caso de alguns reformados com pensões mais baixas, viúvas ou viúvos de beneficiários titulares”.

Subocupação da casa

A nova lei prevê ainda manter a questão da mudança de casa quando há subocupação da mesma. Ou seja, “se ocorrer subocupação do fogo arrendado e não tendo o arrendatário concorrido a um fogo compatível com a dimensão do seu agregado familiar, pode ser-lhe determinada a mudança para outro de tipologia mais adequada, o qual deve situar-se na mesma localidade, excepto se o arrendatário manifestar concordância com outra localização, havendo lugar à alteração da renda contratual”. As despesas com mudanças devidas a subocupação serão pagas pelo IASFA.

A novidade neste ponto é que pode ser autorizada a mudança de fogo a requerimento do “arrendatário nos casos de doença do próprio ou de familiar que com ele resida, que condicione permanentemente, de forma comprovada, a sua mobilidade ou capacidade de locomoção, desde que de tal mudança não advinha prejuízo, quer para o IASFA, quer para eventuais concorrentes em concursos abertos”.

O Governo decidiu proceder a uma revisão das regras de arrendamento de habitações a militares depois do escândalo com um apartamento em Lisboa que estava alugado a um filho de um militar que o colocou em alojamento local.

Em Fevereiro, o actual ministro da Defesa substituiu o presidente do conselho directivo do IASFA, tendo mandatado o novo a proceder à revisão do regime jurídico do parque habitacional.

sonia.trigueirao@publico.pt

“

O regime jurídico actualmente em vigor não prevê renda mínima

Instituto de Acção Social das Forças Armadas

Cannes
Tarantino,
os cavalos
de Manson
e a rapariga
ideal
Cultura, 38

Comissões de Protecção
Tribunais salvam
1800 crianças
por incapacidade
dos pais em resolver
situações de risco
Dois mil menores
sinalizados por
faltarem à escola
Destaque, 2/3

Professores Há 230 pedidos de pré-reforma sem luz verde

Em resposta aos docentes que pediram o acesso à pré-reforma, o Ministério da Educação está a justificar o atraso nos processos com a falta de orientações do Ministério das Finanças **Economia, 26**



Alice Gato
e Gil Ubaldo
Amanhã é a
greve dos
jovens pelo
clima, em
Setembro há
greve geral
Entrevista,
18/19

ISV: derrota
do fisco abre
a porta a onda
de impugnações

Contribuinte contestou valor do imposto de matrícula e ganhou **p28**



Rio diz que não
sai se tiver um
mau resultado
nas europeias

Sociais-democratas temem o pior depois da sondagem **PÚBLICO-RTP p8/9**

May por um fio
no dia em que
o Reino Unido
vota para o PE

A demissão de Theresa May está iminente. A líder da bancada, Andrea Leadsom, bateu com a porta. Deputados *tories* dizem que o fim chegou **p14/15**

HOJE Livro Tertúlia
dos Carrancas
A Valorização dos Recursos Marinhos
"A Valorização dos Recursos Marinhos"
Por +
6 €

Forças Armadas
têm quase 600
casas devolutas
e degradadas

Associação de militares defende constituição de fundo imobiliário para pôr casas do Instituto de Acção Social das FA no mercado de arrendamento **p22**

Cocaína foi
a droga mais
apreendida
em 2018

A cocaína foi a droga mais apreendida em Portugal, no ano passado, ultrapassando a *cannabis*. Mas a apreensão de *ecstasy* registou a subida mais significativa **p20**

NÃO PERCA ESTE
SÁBADO
REVISTA PONTOS DE VISTA
E ESPECIAL ENSINO SUPERIOR

Fórum "Vê Portugal" em Castelo Branco atingiu a maior participação de sempre

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 22/05/2019

Melo: TSF Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=6a05d927>

Castelo Branco, 22 mai 2019 (Lusa) - A VI edição do Fórum de Turismo Interno "Vê Portugal", que durante dois dias decorreu em Castelo Branco, atingiu o "maior e mais volumoso" número de inscrições anunciou hoje o presidente do Turismo do Centro, Pedro Machado.

PorLusa22 Maio, 2019 . 19:35Partilharesteste artigoFacebookTwitterWhatsAppE-mailPartilhar
"Atingimos neste fórum o maior e mais volumoso número de inscrições de todas as edições realizadas até hoje", afirmou Pedro Machado, durante a sessão de encerramento da iniciativa anual.

Pub

O presidente do Turismo Centro Portugal adiantou que estiveram presentes no Cineteatro Avenida de Castelo Branco mais de 420 pessoas e cerca de 40 oradores.

"É claramente uma aposta ganha. O 'Vê Portugal' é uma aposta ganha no olhar sobre o mercado interno. Reforçou laços entre agentes económicos, públicos e privados, e entre territórios", considerou.

Pedro Machado adiantou que ficaram por discutir muitos assuntos e temas que, certamente, irão ser abordados em iniciativas futuras.

FecharSubscrever newsletter

Subscreva a nossa newsletter e tenha as notícias no seu e-mail todos os dias

SubscreverMuito obrigado pelo seu registo.

Já o presidente da Confederação do Turismo de Portugal, Francisco Calheiros, realçou "o momento desafiante" que o turismo vive.

"Os últimos cinco anos foram muito bons. Não estamos num ponto de saturação da atividade turística. Estamos num ponto de viragem", declarou.

Francisco Calheiros deixou ainda uma palavra de apreço ao Fórum "Vê Portugal", uma iniciativa que já conquistou o seu espaço.

O presidente da Câmara de Castelo Branco, Luís Correia, relembrou a aposta que o município tem feito num setor "onde não tinha uma grande tradição".

"Aprendemos muito com o 'Vê Portugal' que, a partir de hoje, é para nós [Castelo Branco] uma referência", disse.

O autarca realçou também a aposta e o esforço que o município tem feito nos últimos anos, primeiro com a criação de infraestruturas ligadas ao turismo, e, agora, com uma "aposta muito forte" na área cultural.

Lusa

"Não estamos num ponto de saturação da atividade turística"

Tipo Meio:	Internet	Data Publicação:	22/05/2019
Melo:	Publituris Online	Autores:	Inês de Matos

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=a7839b92>

Presidente da CTP, Francisco Calheiros, foi um dos intervenientes na sessão de encerramento do 6.º Fórum de Turismo Interno Vê Portugal, que decorreu em Castelo Branco

O presidente da Confederação do Turismo de Portugal (CTP), Francisco Calheiros, afirmou esta quarta-feira, 22 de maio, que a atividade turística nacional não se encontra num "ponto de saturação", mas sim "num ponto de viragem", defendendo que os desafios passam agora por garantir a "sustentabilidade, qualidade, inovação e uma visão de futuro".

"Ao contrário do que alguns céticos afirmam, não estamos num ponto de saturação da atividade turística, estamos num ponto de viragem, o que é bem diferente. E o desafio para 2019 e para os próximos anos não é procurar fórmulas mágicas para crescer sem rumo. Queremos continuar a crescer mas com sustentabilidade, qualidade, inovação e com uma visão de futuro", defendeu, na sessão de encerramento do 6.º Fórum de Turismo Interno Vê Portugal, em Castelo Branco.

Para o presidente da CTP, "uma correta e saudável gestão da atividade turística implica criar boas propostas de valor diferenciadoras, criativas, inovadoras e sustentáveis, que respondam eficazmente às exigências dos mercados internacionais", considerando que existem "áreas em que Portugal se pode tornar competitivo", como o cinema, a inovação digital e a orla costeira.

"Há condições para enriquecer a nossa oferta e captar mais e novos turistas, explorando os ativos que já nos distinguem, como o património, o clima, a gastronomia, o golfe e a hospitalidade, e identificando outros, como os referidos atrás", afirmou.

Fundamental a essa competitividade é o aeroporto de Lisboa que, lembrou o presidente da CTP, "não serve apenas Lisboa. É um hub crucial para o Norte e para o Sul, para o Litoral e para o Interior, para os centros urbanos e para as regiões rurais, para o turismo, indústria e comércio. Em suma, para todos os setores e para todos os portugueses".

Inês de Matos

Marques Mendes. "Antes turismo a mais do que a menos"

Tipo Meio:	Internet	Data Publicação:	22/05/2019
Melo:	Renascença Online	Autores:	Ana Carrilho

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=53f28c3e>

Para o comentador social-democrata, o grande desafio de Portugal nos próximos anos continua a ser o crescimento.

Luís Marques Mendes está satisfeito com o aumento do turismo em Portugal e com o impacto que tem no crescimento da economia do país, do emprego e desenvolvimento dos territórios.

Não é sorte, frisou o comentador que esta quarta-feira proferiu uma palestra no Fórum de Turismo Interno "Vê Portugal", que decorre em Castelo Branco.

Para Marques Mendes, tem a ver com lucidez, profissionalismo e visão estratégica. Por isso, diz, "em equipa que ganha não se mexe".

"Antes turismo a mais do que a menos, o esforço que foi feito nos últimos anos é muito importante, é muito positivo". Foi assim que Luís Marques Mendes iniciou esta tarde a palestra sobre "O Binómio: Portugal para viver, Portugal para trabalhar", no Fórum de Turismo Interno "Vê Portugal", justificando com os números: vale 9% do PIB nacional, é o maior sector exportador e representa 25% do total das exportações, garante 10% do emprego; gera diariamente cerca de 28 milhões de euros de receita turística.

"Só nos podemos orgulhar desta mudança e dos resultados. Não é efeito da sorte, mas esta mudança que é mérito de todos e de ninguém em particular, teve a ver com lucidez, profissionalismo e sobretudo, grande visão estratégica".

E o comentador aponta quatro razões fundamentais para o sucesso, que têm sido seguidas e que, na sua opinião, devem ser aprofundadas: em primeiro lugar, reforço da boa imagem do país no exterior, sobretudo em hospitalidade, credibilidade e segurança. "O turista gosta de visitar um país hospitaleiro, credível e seguro".

Depois, é preciso potenciar os grandes ativos estratégicos que Portugal tem: clima, gastronomia, história, cultura, património, animação turística. Assente na boa qualificação e formação de recursos humanos e com a promoção de todos os destinos estratégicos, sem esquecer os nichos de mercado a nível local.

A terceira razão de sucesso apontada por Marques Mendes visa a aposta na iniciativa privada, "sem complexos nem preconceitos. O que pedimos ao Estado é que não estorve, sobretudo em duas áreas: burocracia e carga fiscal.

Por último, elogia a aposta na imprensa internacional e no marketing digital. E por isso, defende que "em equipa que ganha, não se mexe. Esta estratégia pode ser melhorada, aprofundada e desenvolvida, mas não deve ser revertida".

No entanto, recomenda atenção ao que se passa à nossa volta: "não vivemos numa ilha e o mundo

está incerto, instável e perigoso".

Para Marques Mendes, o grande desafio de Portugal nos próximos anos continua a ser o crescimento. "Apesar de estarmos a crescer acima da média europeia, isso acontece porque os grandes países estão a crescer pouco. Pelo contrário, "os do nosso campeonato" estão a crescer mais do que Portugal".

Mas, em conclusão, Marques Mendes considera que é preciso ter uma atitude de prudência em relação ao que se passa pelo mundo fora, confiança relativamente ao nosso país, de entusiasmo pelo que aconteceu na área do turismo e uma mensagem de realismo otimista em relação ao futuro.

Ana Carrilho



Hells Angels/PJ trava renascimento do grupo

<http://pt.cision.com/cp2013/ClippingDetails.aspx?id=43b44e5b-e3d6-43d9-bc1f-fbfbe2c02e9b&userId=20bb6b56-ec51-42d3-b11d-421913ecc5ae>

Os 17 detidos pela Polícia Judiciária ontem numa mega operação para dismantlar o grupo motard Hells Angels suspeitos de vários crimes, queriam recuperar o grupo. Meses antes já tinham sido detidos outros elementos, sendo que 36 deles estão em prisão preventiva.

Repetições: CM TV - Notícias CM , 2019-05-23 06:01

CM TV - Notícias CM , 2019-05-23 07:04

CM TV - Notícias CM , 2019-05-23 08:05

Um sucesso para continuar

Tipo Meio:	Internet	Data Publicação:	23/05/2019
Melo:	Algarve Informativo Online	Autores:	Daniel Pina

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=3626ae41>

Notícias sobre a atualidade do Algarve, da cultura ao desporto, da economia à sociedade

Pedro Bartilotti, Rosa Palma e Rui Virgínia

A terceira edição do Jazz nas Adegas chega ao fim no dia 25 de maio, no Castelo de Silves, mas antes disso houve lugar a mais uma dupla sessão, nos dias 17 e 18 de maio, na Quinta do Barranco Longo, em Algoz, com o Desidério Lázaro Trio. O evento, organizado pela Câmara Municipal de Silves, é um dos cartões-de-visita do programa 365 Algarve das Secretarias de Estado do Turismo e Cultura e conta com produção artística do Gimnásio Clube de Faro.

O objetivo é claro, dinamizar culturalmente os locais onde se produzem os Vinhos de Silves, numa simbiose entre o vinho, o seu produtor e a música, proporcionando uma experiência única ao público, em locais pouco usuais para a apresentação de um concerto de jazz. E desde o início que o público aderiu em massa, com sucessivas lotações esgotadas, para tremenda satisfação de Rosa Palma, Presidente da Câmara Municipal de Silves, uma espetadora assídua dos concertos. "O balanço só pode ser muito positivo e já há alguns anos que tínhamos intenção de criar um evento que promovesse os vinhos do nosso concelho, à semelhança do que acontece com a Mostra Silves Capital da Laranja. Começámos com seis produtores, este ano contámos com 11, com o intuito de divulgar o nosso território por via dos vinhos e para que as pessoas os associem também à nossa gastronomia", explicou durante o intervalo do concerto de Desidério Lázaro.

Rosa Palma enfatizou que o Algarve não é apenas sol e praia, uma ideia que tem vindo a ganhar força no passado recente muito graças aos esforços das autarquias em promover as suas riquezas gastronómicas, culturais e históricas, entre outras. E o Jazz nas Adegas, por exemplo, demonstra que existem vinhos de excelente qualidade no concelho de Silves. "Têm sido repetidamente destacados a nível internacional e trabalham todos em parceria, o que torna esta dinâmica muito mais forte. E queremos que aqueles que produzem no nosso concelho sintam este apoio da parte da Câmara Municipal, seja no vinho como noutros produtos", indicou a edil, confirmando estar-se na presença de um casamento perfeito entre vinhos e cultura. "Fazer apenas uma demonstração de vinhos não cria o ambiente espetacular a que temos assistido no Jazz nas Adegas, em que se torna mais propício apreciar verdadeiramente a qualidade destes vinhos. Nesta experiência estão envolvidos vários sentidos e também associamos ao evento a história do concelho, com personagens que estiveram em destaque nas diversas freguesias, como foi o caso do João de Deus", referiu.

Uma aposta que é para manter nos próximos anos, garantiu Rosa Palma, até porque o programa 365 Algarve também já teve a sua continuidade assegurada.

"Mesmo sem o 365 Algarve teríamos nova edição do Jazz nas Adegas, mas é claro que tudo fica mais fácil com esta parceria com o Turismo do Algarve. Contudo, é às pessoas que temos que agradecer acima de tudo, porque o evento foi um êxito desde o primeiro ano", destacou a Presidente da Câmara Municipal de Silves. E para tal tem contribuído a criteriosa programação a cargo do Ginásio Clube de Faro, com Pedro Bartilotti a sublinhar a total liberdade que lhe foi concedida para escolher os artistas que atuaram nas 24 sessões desta terceira edição. "É uma programação com alguma complexidade porque estamos a falar de locais não convencionais para levar a cabo espetáculos musicais, nomeadamente em termos de acústica e dimensão. Temos desde trios a quintetos que tocam diferentes estilos de jazz, desde o puro jazz a um jazz mais swing e New Orleans, e tentamos fazer a distribuição mais adequada pelos espaços, sempre tendo a consciência de que não estamos num clube de jazz", comentou o Presidente da Direção do Ginásio Clube de Faro.

Agrupamentos que chegam de todo o país e a novidade da terceira edição foi que cada sessão era dupla, ou seja, com um concerto na sexta-feira à noite e outro no sábado à tarde. "Da Andaluzia vêm normalmente dois grupos, com um jazz mais fresco, alegre e dançante. Também é obrigatório ter projetos do Algarve, mas a maioria vem de Lisboa, sem dúvida a capital do jazz em Portugal", indicou Pedro Bartilotti, adiantando que o público do Jazz nas Adegas vai variando conforme se trate do concerto noturno ou diurno. "À noite, 80 a 90 por cento das pessoas são portuguesas, à tarde, o cenário altera-se completamente, é um mercado mais estrangeiro. Muitos vêm pelos vinhos e pelo local, por se tratar de um concerto num espaço mágico, numa adega, outros são atraídos pelo jazz e aproveitam para provar os vinhos e degustar as tapas, é um mix bem-sucedido", considerou o programador. "Tivemos este ano uma sessão numa corticeira, outra com o poeta João de Deus, vamos tentando inovar para que o evento continue a crescer de forma sustentada", concluiu.

O anfitrião da noite foi Rui Virgínia, proprietário da Quinta do Barranco Longo, uma das marcas mais conceituadas de vinhos do Algarve, por entender que fazia todo o sentido participar no Jazz nas Adegas. "É uma forma indireta de darmos a conhecer os nossos vinhos a consumidores que normalmente não têm possibilidade de visitar uma adega e muito menos para ali assistir a um espetáculo musical. É uma experiência única que promove o concelho de Silves e os seus produtores de vinhos", justificou, explicando que a Quinta do Barranco Longo não aderiu logo ao programa por se encontrar, na altura, numa fase de mudança de instalações. "Mas fomos dos primeiros a estar envolvidos na marca Vinhos de Silves", esclareceu.

O empresário admitiu, entretanto, que a logística de montar um concerto de jazz numa adega de vinhos é um grande desafio, por se estar em períodos de engarrafamento e de preparação da próxima vindima. "Colocar tudo isto no meio das cubas e prensas no interior da área de produção não é fácil, mas as pessoas estiveram esta noite naquela que é, provavelmente, a melhor adega do Algarve, em termos de equipamento e instalações, e a apreciar um dos melhores saxofonistas portugueses da atualidade. Quem hoje nos visitou vai sair daqui com uma experiência que dificilmente se repete", acredita Rui Virgínia, frisando que escolher a ementa de tapas e vinhos acaba por ser o menos complicado. "As marinagens entre os três vinhos e os acompanhamentos foram pensadas ao pormenor e para agradar ao máximo, mas isso é o nosso habitué. E o jazz cria um ambiente perfeito para se apreciar um bom vinho. O boca-a-boca é a melhor forma de se promover uma marca e já ninguém duvida da qualidade dos vinhos algarvios. Infelizmente, continuamos a ter que trabalhar muito mais do que outra região vitivinícola qualquer

para nos impormos no mercado de consumo, até dentro do próprio Algarve. Já foi mais difícil, estamos a conquistar o nosso espaço todos os dias e estes eventos ajudam-nos a ganhar um mercado que é nosso por direito", finalizou Rui Virgínia.

Texto: Daniel Pina | Fotografia: Daniel Pina

Pedro Bartilotti, Rosa Palma e Rui Virgínia

A terceira edição do Jazz nas Adegas chega ao fim no dia 25 de maio, no Castelo de Silves, mas antes disso houve lugar a mais uma dupla sessão, nos dias 17 e 18 de maio, na Quinta do Barranco Longo, em Algoz, com o Desidério Lázaro Trio. O evento, organizado pela Câmara Municipal de Silves, é um dos cartões-de-visita do programa 365 Algarve das Secretarias de Estado do Turismo e Cultura e conta com produção artística do Gimnásio Clube de Faro.

O objetivo é claro, dinamizar culturalmente os locais onde se produzem os Vinhos de Silves, numa simbiose entre o vinho, o seu produtor e a música, proporcionando uma experiência única ao público, em locais pouco usuais para a apresentação de um concerto de jazz. E desde o início que o público aderiu em massa, com sucessivas lotações esgotadas, para tremenda satisfação de Rosa Palma, Presidente da Câmara Municipal de Silves, uma espetadora assídua dos concertos. "O balanço só pode ser muito positivo e já há alguns anos que tínhamos intenção de criar um evento que promovesse os vinhos do nosso concelho, à semelhança do que acontece com a Mostra Silves Capital da Laranja. Começámos com seis produtores, este ano contámos com 11, com o intuito de divulgar o nosso território por via dos vinhos e para que as pessoas os associem também à nossa gastronomia", explicou durante o intervalo do concerto de Desidério Lázaro.

Rosa Palma enfatizou que o Algarve não é apenas sol e praia, uma ideia que tem vindo a ganhar força no passado recente muito graças aos esforços das autarquias em promover as suas riquezas gastronómicas, culturais e históricas, entre outras. E o Jazz nas Adegas, por exemplo, demonstra que existem vinhos de excelente qualidade no concelho de Silves. "Têm sido repetidamente destacados a nível internacional e trabalham todos em parceria, o que torna esta dinâmica muito mais forte. E queremos que aqueles que produzem no nosso concelho sintam este apoio da parte da Câmara Municipal, seja no vinho como noutros produtos", indicou a edil, confirmando estar-se na presença de um casamento perfeito entre vinhos e cultura. "Fazer apenas uma demonstração de vinhos não cria o ambiente espetacular a que temos assistido no Jazz nas Adegas, em que se torna mais propício apreciar verdadeiramente a qualidade destes vinhos. Nesta experiência estão envolvidos vários sentidos e também associamos ao evento a história do concelho, com personagens que estiveram em destaque nas diversas freguesias, como foi o caso do João de Deus", referiu.

Uma aposta que é para manter nos próximos anos, garantiu Rosa Palma, até porque o programa 365 Algarve também já teve a sua continuidade assegurada. "Mesmo sem o 365 Algarve teríamos nova edição do Jazz nas Adegas, mas é claro que tudo fica mais fácil com esta parceria com o Turismo do Algarve. Contudo, é às pessoas que temos que agradecer acima de tudo, porque o evento foi um êxito desde o primeiro ano", destacou a Presidente da Câmara Municipal de Silves. E para tal tem contribuído a criteriosa programação a cargo do Gimnásio Clube de Faro, com Pedro Bartilotti a sublinhar a total liberdade que lhe foi concedida para escolher os artistas que atuaram nas 24 sessões desta terceira edição. "É uma programação com alguma complexidade porque estamos a falar de locais não convencionais para levar a cabo espetáculos musicais, nomeadamente em termos de

acústica e dimensão. Temos desde trios a quintetos que tocam diferentes estilos de jazz, desde o puro jazz a um jazz mais swing e New Orleans, e tentamos fazer a distribuição mais adequada pelos espaços, sempre tendo a consciência de que não estamos num clube de jazz", comentou o Presidente da Direção do Ginásio Clube de Faro.

Agrupamentos que chegam de todo o país e a novidade da terceira edição foi que cada sessão era dupla, ou seja, com um concerto na sexta-feira à noite e outro no sábado à tarde. "Da Andaluzia vêm normalmente dois grupos, com um jazz mais fresco, alegre e dançante. Também é obrigatório ter projetos do Algarve, mas a maioria vem de Lisboa, sem dúvida a capital do jazz em Portugal", indicou Pedro Bartilotti, adiantando que o público do Jazz nas Adegas vai variando conforme se trate do concerto noturno ou diurno. "À noite, 80 a 90 por cento das pessoas são portuguesas, à tarde, o cenário altera-se completamente, é um mercado mais estrangeiro. Muitos vêm pelos vinhos e pelo local, por se tratar de um concerto num espaço mágico, numa adega, outros são atraídos pelo jazz e aproveitam para provar os vinhos e degustar as tapas, é um mix bem-sucedido", considerou o programador. "Tivemos este ano uma sessão numa corticeira, outra com o poeta João de Deus, vamos tentando inovar para que o evento continue a crescer de forma sustentada", concluiu.

O anfitrião da noite foi Rui Virgínia, proprietário da Quinta do Barranco Longo, uma das marcas mais conceituadas de vinhos do Algarve, por entender que fazia todo o sentido participar no Jazz nas Adegas. "É uma forma indireta de darmos a conhecer os nossos vinhos a consumidores que normalmente não têm possibilidade de visitar uma adega e muito menos para ali assistir a um espetáculo musical. É uma experiência única que promove o concelho de Silves e os seus produtores de vinhos", justificou, explicando que a Quinta do Barranco Longo não aderiu logo ao programa por se encontrar, na altura, numa fase de mudança de instalações. "Mas fomos dos primeiros a estar envolvidos na marca Vinhos de Silves", esclareceu.

O empresário admitiu, entretanto, que a logística de montar um concerto de jazz numa adega de vinhos é um grande desafio, por se estar em períodos de engarrafamento e de preparação da próxima vindima. "Colocar tudo isto no meio das cubas e prensas no interior da área de produção não é fácil, mas as pessoas estiveram esta noite naquela que é, provavelmente, a melhor adega do Algarve, em termos de equipamento e instalações, e a apreciar um dos melhores saxofonistas portugueses da atualidade. Quem hoje nos visitou vai sair daqui com uma experiência que dificilmente se repete", acredita Rui Virgínia, frisando que escolher a ementa de tapas e vinhos acaba por ser o menos complicado. "As marinagens entre os três vinhos e os acompanhamentos foram pensadas ao pormenor e para agradar ao máximo, mas isso é o nosso habitué. E o jazz cria um ambiente perfeito para se apreciar um bom vinho. O boca-a-boca é a melhor forma de se promover uma marca e já ninguém duvida da qualidade dos vinhos algarvios. Infelizmente, continuamos a ter que trabalhar muito mais do que outra região vitivinícola qualquer para nos impormos no mercado de consumo, até dentro do próprio Algarve. Já foi mais difícil, estamos a conquistar o nosso espaço todos os dias e estes eventos ajudam-nos a ganhar um mercado que é nosso por direito", finalizou Rui Virgínia.

Texto: Daniel Pina | Fotografia: Daniel Pina

Daniel Pina

ArQuente volta a trazer projetos musicais emergentes ao Algarve.

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 23/05/2019

Melo: RUA FM Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=5739aba9>

O ciclo de Concertos ao Entardecer está de volta ao Algarve pela mão da Associação Cultural ArQuente. Nádia Schilling, LINCE, Churky e André Júlio Turquesa são os convidados desta 9ª edição. O conceito prima pela apresentação de projetos musicais emergentes e alternativos, em finais de tarde quentes e em cenários ímpares, como são a Ria Formosa, em Faro, e o Oceano Atlântico, em Sagres. Nos primeiros anos, os Concertos ao Entardecer aconteciam apenas em Faro, na sede da Associação, na Galeria Arco - Vila Adentro, mas com o apoio da Direção Regional de Cultura do Algarve, através do programa DiVaM - Dinamização e Valorização dos Monumentos, estenderam-se à Fortaleza de Sagres. Na capital algarvia o ambiente é peculiar, uma autêntica viagem sonora. Entre as notas musicais e a voz afinada dos convidados há o ruído de aviões, comboios, barcos, pessoas e fauna, numa simbiose perfeita, que torna os Concertos ao Entardecer uma [...]

O ciclo de Concertos ao Entardecer está de volta ao Algarve pela mão da Associação Cultural ArQuente. Nádia Schilling, LINCE, Churky e André Júlio Turquesa são os convidados desta 9ª edição.

O conceito prima pela apresentação de projetos musicais emergentes e alternativos, em finais de tarde quentes e em cenários ímpares, como são a Ria Formosa, em Faro, e o Oceano Atlântico, em Sagres.

Nos primeiros anos, os Concertos ao Entardecer aconteciam apenas em Faro, na sede da Associação, na Galeria Arco - Vila Adentro, mas com o apoio da Direção Regional de Cultura do Algarve, através do programa DiVaM - Dinamização e Valorização dos Monumentos, estenderam-se à Fortaleza de Sagres.

Na capital algarvia o ambiente é peculiar, uma autêntica viagem sonora. Entre as notas musicais e a voz afinada dos convidados há o ruído de aviões, comboios, barcos, pessoas e fauna, numa simbiose perfeita, que torna os Concertos ao Entardecer uma experiência a repetir vezes sem conta.

Já na Fortaleza de Sagres, a atualidade e o arrojo dos projetos musicais escolhidos junta-se à beleza do património edificado e natural, tão imponente quanto belo.

Este ano, cabe a Nádia Schilling a abertura do ciclo, que começa no sábado, dia 25 de maio, às 19h30, na sede da ArQuente e no domingo, dia 26 de maio, na Fortaleza de Sagres, às 18h00. Ao vivo, a sua música alterna o intimismo folk com uma sonoridade elétrica e intensa, que em muito se deve aos músicos que a acompanham. Para estes dois concertos na região algarvia, Nádia traz consigo os músicos João Hasselberg, Pedro Branco, Bruno Pedroso e Adriano Cintra.

No dia 01 de junho, às 19h30 na sede da ArQuente será a vez de LINCE, projeto a solo de Sofia Ribeiro, caracterizado por ser fortemente emocional.

Num estilo pop-rock com nuances retro e psicadélicas, Churky promete aquecer a tarde de sábado, 08 de junho, na ArQuente, e o entardecer de 09 de junho na Fortaleza de Sagres.

O ciclo encerra em tons de azul, por André Júlio Turquesa, no dia 22 de junho, às 19h30 na sede da ArQuente e no domingo, 23 de junho, às 18h00, na Fortaleza de Sagres. A sua música tenta encontrar

uma frequência que apazigua, que sugere um lugar pleno para se estar... e tão propício para os Concertos ao Entardecer.

No dia 25, inaugura ainda, na sede da ArQuente, a exposição 'SOMBRA'. Uma mostra de fotografias recolhidas por Helena Gonçalves, aquando da preparação do espetáculo 'SOMBRA', dirigido por Miguel Moreira, numa co-produção entre a ArQuente (Faro) e o Útero (Lisboa).

A 9ª edição dos Concertos ao Entardecer tem o apoio da Câmara Municipal de Faro e da Direção Regional de Cultura do Algarve (programa DiVaM). Tem ainda como parceiros o Hostel Lemon Tree e o restaurante Tertúlia Algarvia. Como media partners, o ciclo conta com o Sul Informação e a RUA FM - Rádio Universitária do Algarve.

Programação:

Em Faro (Galeria Arco) - 19h30:

Dia 25 maio: Nádía Schilling

Dia 01 de junho: LINCE

Dia 08 de junho: Churky

Dia 22 de junho: André Júlio Turquesa

Na Fortaleza de Sagres - 18h00:

Dia 26 de maio: Nádía Schilling

Dia 09 de junho: Churky

Dia 23 de junho: André Júlio Turquesa

Miguel Horta apresenta Arribalé! na Meia Praia

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 23/05/2019

Melo: Barlavento Online

URL: <https://www.barlavento.pt/cultura/miguel-horta-apresenta-arribale-na-meia-praia>

Arribalé! de Miguel Horta, é um espetáculo original de narração oral em torno do mar, das suas criaturas, e das gentes do Barlavento algarvio. Tem lugar sábado, 25 de maio, às 18 horas, no Bairro 25 de Abril, num programa que integra elementos-chave da comunidade.

Nasceu da vontade de juntar contos e outras oralidades em defesa de uma literacia oceânica e ganhou corpo numa residência criativa no O Espaço do Tempo (Montemor-o-Novo) em março de 2015.

Das pragas do Algarve aos poemas, passando pelos contos e pequenas canções, tudo faz parte desta apresentação que tem como pano de fundo um conjunto de ilustrações do autor.

Os espetadores são convidados pelo narrador a mergulhar nas histórias e seres da nossa costa.

No final do espetáculo, os participantes contam com uma degustação de produtos ligados ao mar.

A organização é da Vicentina - Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste, ao abrigo do programa Momentos Fantásticos com Património e do 365 Algarve .

O bilhete custa 12 euros e inclui degustação de produtos do mar.

A participação é limitada pelo que se aconselha a compra prévia do bilhete, nas Agências Abreu, Associação Vicentina, no dia do evento no local (mediante reserva) .

A organização também disponibiliza contactos para mais informações e reservas (282 680 120 e 967 451 386).

Este será também o último de uma série de quatro espetáculos da série Compromisso Marítimo , um programa cultural original inspirado nas organizações de salvaguarda de interesses dos pescadores e mareantes, e que visou a valorização de percursos associado ao mar e à diversidade e riqueza histórica, cultural, social etnográfica e antropológica, em que a vida marítima é o elemento chave.

[Additional Text]:

Miguel-Horta-Arribalé-Rimas-salgadas

Print Icon

barlavento



Tourism heavyweights gather in Faro for 'High Impact Events' conference

A number of senior dignitaries from both Portugal and the UK, among them Portugal's State Secretary for Tourism and the head of the Association of British Travel Agents ABTA, travelled purposely to the Algarve last Friday to take part in a conference in Faro on the effects of climate change and high impact events on tourism.



British Vice Consul Clive Jewell, British Consul, Simona Demuro, Tourism Secretary Ana Mendes Godinho, David Thomas, president and founder of Safe Communities Portugal, Sara Otera AGIF, Algarve Tourism President João Fernandes and Carlos Bala of Faro Council. (Photo: Supplied)

Appropriately titled 'Tourism - Responding to the Effects of Climate change and High

Impact Events', the one-day event brought together some 13 presenters and officials, who addressed a wide range of topics

relating to the theme. Organised jointly by crime prevention and safety awareness association Safe Communities

Portugal, the ANEPC (National Authority for Emergency and Civil Protection) and Turismo de Portugal national tourism board, it aimed to explore how all parties, working together, can ensure the safety of tourists in light of increasingly recurring extreme weather phenomena and unforeseen 'high impact events' like natural disasters. With such occurrences posing challenges to countries around the world, and with Portugal no exception, the event addressed the importance of implementing measures to anticipate conditions and mitigate their effects through risk assessment to protect both residents and visitors in the event of disasters. Subjects included changing weather patterns that give rise to high risk

conditions such as forest fires and flooding; health risks during and in the aftermath of rural fires and other disasters; the 'Portugal Chama - A Call to Action' campaign; the ANEPC's major contingency plans; communication during crisis situations, and Faro airport emergency planning. Panel discussions and moderated debates also focussed on the importance of public communications in times of crisis situations. ABTA Senior Destinations Executive Donner Boucher travelled to Portugal especially for the event and gave an in-depth presentation on how ABTA liaises with its associates to prevent and intervene in situations of emergencies and catastrophes. Also attending the event were the President of the

IPMA Met Office; AGIF Head of Communications, representatives of the British Embassy and the State Secretary for Tourism, Dr. Ana Mendes Godinho, who brought the day's proceedings to an informative and enthusiastic conclusion with her detailed closing speech. British Consul, Simona Demuro, and Vice Consul Clive Jewell attended the conference, where Ms. Demuro addressed crisis response in the FCO and British Embassies around the world. David Thomas, president and founder of Safe Communities Portugal, thanked all those who attended, and said: "We hope that this provided a learning opportunity for those who attended and an impetus for further action within the tourism industry".